



Revista Brasileira de Ciências do Esporte

ISSN: 0101-3289

rbceonline@gmail.com

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte  
Brasil

Nunes Pinto, Rubia-Mar; Borges de Oliveira, Cristina  
Esporte, infância e juventude despossuída: uma análise das ONG's como acontecimento  
discursivo  
Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 39, núm. 1, enero-marzo, 2017, pp. 39-48  
Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte  
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401350134007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



# Revista Brasileira de CIÊNCIAS DO ESPORTE

[www.rbceonline.org.br](http://www.rbceonline.org.br)



## ARTIGO ORIGINAL

# Esporte, infância e juventude despossuída: uma análise das ONG's como acontecimento discursivo



Rubia-Mar Nunes Pinto<sup>a,\*</sup> e Cristina Borges de Oliveira<sup>b</sup>

<sup>a</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Educação Física e Dança, Goiânia, GO, Brasil

<sup>b</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Educação Física, Niterói, RJ, Brasil

Recebido em 27 de maio de 2013; aceito em 19 de setembro de 2014

Disponível na Internet em 4 de fevereiro de 2016

### PALAVRAS-CHAVE

ONGs;  
Infância e juventude;  
Esporte;  
Discursos

### KEYWORDS

NGOs;  
Childhood and youth;  
Sport;  
Speeches

**Resumo** O artigo apresenta um estudo que pretendeu compreender as ONG's como acontecimento discursivo que institui e coloca em circulação um discurso que se pretende verdadeiro sobre o esporte e sobre crianças e jovens despossuídos. Fez-se a análise dos discursos publicados nos sites de nove ONGs que centram sua ação na oferta de atividades esportivas para o público infanto-juvenil que vive em periferias urbanas. Concluiu-se que as ONGs conferem mais ênfase à própria ação do que aos sujeitos que as recebem; que os discursos sobre o esporte são informados por tradições políticas e discursivas que reforçam o valor dessa prática como ferramenta de disciplina e controle; e que crianças e jovens pobres são aproximados discursivamente da ociosidade, da criminalidade, da indisciplina e do desrespeito às regras.

© 2016 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Este é um artigo Open Access sob uma licença CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

### Sport, children and youth dispossessed: an analysis of NGO's how discursive event

**Abstract** The paper presents of a study that sought to understand the NGOs as discursive event that imposes and puts into circulation a speech intended to be true about themselves, about sport and about children and young people living in Brazilian urban outskirts. Assuming that NGOs are political-economic strategy of social financialization and device of disciplining and government of individuals and populations, it has been carried out an analysis of what has been publicized in the sites of 9 organizations that focus their activities on offer sports activities for the juvenile public. The findings show that the NGOs give more emphasis to their own action

\* Autor para correspondência.

E-mail: [rubia-mar@bol.com.br](mailto:rubia-mar@bol.com.br) (R.M.N. Pinto).

<http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2016.01.013>

0101-3289/© 2016 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Este é um artigo Open Access sob uma licença CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

than to children and young people who receive them; that the speeches about the sport are informed by political and discursive traditions that reinforce the value of this practice as a tool of discipline and control; e that poor children and young are approximate discursively to vagrancy, crime, indiscipline and disrespect to the rules.

© 2016 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Published by Elsevier Editora Ltda. This is an open access article under the CC BY-NC-ND license (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

## PALABRAS CLAVE

ONG;  
Infancia y juventud;  
Deporte;  
Discursos

## Deporte, niños y jóvenes desahuciados: un análisis de las ONG como acontecimiento discursivo

**Resumen** El artículo presenta un estudio en que se intenta entender a las ONG como acontecimiento discursivo que instituye y pone en circulación un discurso que se pretende verdadero sobre el deporte y sobre los niños y jóvenes desahuciados de la periferia urbana de Brasil. Se ha hecho un análisis de lo que se ha publicado en los sitios web de 9 organizaciones que centran sus actividades en la oferta de actividades deportivas para el público infantil y juvenil. Los resultados muestran que las ONG dan más importancia a su propia acción que a los niños y jóvenes que reciben; que los discursos sobre el deporte contienen tradiciones políticas y discursivas que refuerzan el valor de esta práctica como una herramienta de la disciplina y el control, y que se aproxima discursivamente a los niños y jóvenes pobres a la vagancia, la delincuencia, la indisciplina y la falta de respeto a las normas.

© 2016 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Este es un artículo Open Access bajo la licencia CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

## Introdução

O estudo intencionou compreender as ONGs que centram sua ação social na oferta de atividades esportivas como acontecimento discursivo que ao formular e colocar em circulação certos enunciados e certas imagens acaba por instituir ou fixar verdades sobre o esporte e sobre crianças e jovens despossuídos que vivem nas periferias urbanas brasileiras. O acontecimento discursivo é aqui entendido como a possibilidade de se dizer algo em um determinado momento, ou seja, como o conjunto das condições (materiais e não materiais) que permitem que um discurso seja proferido em uma dada realidade histórica. Entender o discurso como acontecimento é aceitar sua imersão em um quadro referencial mutante e sua relação de complementaridade ou exclusão com outros discursos a partir de uma *vontade de verdade*. Os discursos *acontecem* exatamente na e pela pressão e coerção que exercem uns sobre os outros movidos todos pela vontade de ser reconhecidos como discurso verdadeiro (Foucault, 1996). Ou seja, a oposição entre verdadeiro e falso estabelece regras de interdição e de rejeição de certos discursos e torna possível ou não o seu *acontecer*. Assim, tratar o discurso das ONGs como acontecimento implica considerar como tais organizações adentram as disputas pela produção de verdades sobre o esporte e sobre a juventude brasileira.

Por outro lado, entender as ONGs como acontecimento discursivo não significa aceitar a ideia de que o discurso é tudo nem tampouco desconsiderar dinâmicas que, embora capturadas pela teia de discursos, não podem ser reduzidas a eles. O foco no discurso das organizações quer encontrar as condições que fazem com que as ONG sejam,

crescentemente, alçadas a *produtores da verdade* sobre as crianças e os jovens que atendem. Espera-se, assim, posicionar os discursos enquanto uma dimensão fundamental tanto para o enraizamento das organizações nos campos do esporte e da educação de crianças e jovens brasileiros quanto para sua legitimação como *parceira* do Estado no enfrentamento das problemáticas sociais. Assim, ao considerar as organizações como acontecimento discursivo e buscar interpretar como dizem o esporte e os sujeitos infantis e juvenis que recebem sua ação social e como explicam essa ação, espera-se dar a ver como funciona o discurso e como institui e/ou consolida certos modos de pensar e ver a realidade a ponto de tornar certos temas objeto do *senso comum* ou ainda de um debate público.

No caso das ONGs que lidam com o esporte, a análise pode possibilitar compreender com mais propriedade o seu papel e potencial na transformação e mudança ou na manutenção da atual ordem das coisas. Afinal, se parece inequívoco o papel dessas organizações na consolidação do Estado mínimo, se sua ação social serve a seus militantes como estratégia de acúmulo de status e prestígio social, se as ONGs constituem espaços de mobilização possível para as classes e os grupos afastados do poder, interessou-nos adentrar pelo modo como colocam em circulação e funcionamento certas verdades que, por sua vez, oferecem vasto campo para práticas e discursos que pretendem legitimar a existência das organizações na seara do esporte e fundamentar sua importância frente à ausência de ações estatais na vida de crianças e jovens das áreas pobres.

A análise não se preocupou em procurar o que está oculto subliminarmente nas *coisas ditas*. Na acepção de Michel Foucault (1996), o discurso é concebido como prática social

produzida nas e pelas relações entre poder e saber e não deve, portanto, ser confundido como mera expressão de algo, mas ser entendido – ele próprio – como esse *algo*.

[...] o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isso a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 1996, p. 10).

Daí que para analisar os discursos é necessário recusar as explicações fáceis e recorrentes sobre o tema e evitar a busca pelos sentidos ocultos no texto. Metodologicamente, colocar-se do “lado de fora” do discurso, fugir das explicações unívocas (os universais, segundo esse teórico), tentar ficar simplesmente no nível das palavras escritas ou ditas e explorar ao máximo o material linguístico, ou seja, os enunciados e as relações postas em funcionamento pelo discurso. Conforme Fischer (2001, p. 198)

[...] a primeira tarefa para chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregam tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de “reais” intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis. É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estu-  
dioso (Grifo das autoras)

Nessa perspectiva, nossa preocupação foi identificar a formação discursiva ao qual discurso se filia para encontrar as condições que permitem que as práticas discursivas aqui estudadas emergjam como dispositivo de poder e saber sobre crianças e jovens das periferias urbanas do Brasil. A formação discursiva pode ser compreendida como construção histórica que fornece as regras da enunciação ao valorizar características e necessidades existentes como superfícies que ensejam a produção de discursos e definem, portanto, quem pode e quem não pode falar, o que pode e o que não pode ser dito, do que se pode ou não falar, como se pode e como não se deve dizer (Foucault, 1996). Ou seja, a formação discursiva define as regras que permitem o *acontecer* do discurso em suas relações de saber-poder.

Contudo, se o texto escrito possibilita um adensamento da interpretação e, assim, um entendimento mais ampliado das organizações em suas relações com o esporte e com os sujeitos e territórios por elas atendidos, as imagens, as cores e os símbolos foram metodologicamente tratados também como dispositivos (Chartier, 1990) que funcionam como discursos reforçadores da verdade pronunciada pelas ONGs.

Os sites das organizações analisados foram mapeados em sites de busca (especialmente, o Google) com uso dos descritores “educação física, lazer, esportes, ONGs e terceiro setor”. Os descritores foram usados ora com os quatro itens ora agrupados em distintas combinações. Como grande parte dos sites pertencia a ONGs localizadas no eixo Rio-São Paulo, refinamos as buscas e acrescentamos a expressão “na

região...” (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Nordeste) ao descritores já mencionados. Dos resultados que *pingaram* do computador, foram selecionadas páginas que apresentavam informações detalhadas sobre a ONG mantenedora do espaço virtual. No fim, foram escolhidas 09 organizações cujos sites afirmavam trabalhar com esporte. Não foi encontrada ocorrência referente a ONGs que atuassem com os outros descritores da busca (educação física, lazer). O material recolhido foi salvo como “Favoritos” e, dado o caráter fluído da internet, copiados e salvos em arquivo tipo doc.

Para a análise pretendida, colocamos de partida um questionamento sobre os movimentos sociais. Pareceu-nos, a princípio, que havia relações e entrecruzamentos entre ONGs e movimentos sociais, dado que ambos partilham, pelo menos aparentemente, o mesmo projeto de sociedade. Quais seriam esses elos? A questão se mostrou relevante porque, especialmente na segunda metade do século XX, grande parte dos direitos civis, sociais e políticos dos brasileiros foram conquistados por movimentos sociais que confrontaram o autoritarismo que atravessa a cultura política nacional (Viola, 2008). Nos últimos 20 anos, o aparecimento das ONGs no cenário sociopolítico e cultural brasileiro vem tencionando o campo de atuação sociocultural e política dos movimentos sociais, daí a necessidade de entender suas imbricações e seus afastamentos. O segundo movimento interpretativo, em função dos limites deste artigo, recortou para a análise apenas as páginas de introdução e dos links *objetivos e missão* publicados nos sites das organizações.

## Imbricações e distanciamentos entre movimentos sociais e ONGs

Proclama-se atualmente nos meios políticos e midiáticos que o Brasil vive uma fase de desenvolvimento econômico e de avanços sociais e celebra-se até mesmo uma suposta *nova classe média* brasileira. Mas, conforme Poschamn (2012), o que se assiste não deve ser pensado como emergência de uma nova classe média, mas o crescimento do emprego e do contingente de brasileiros ocupados na base da pirâmide social, o que configura um reforço na classe trabalhadora. Para Chauí (2013), uma *nova classe trabalhadora*, já que, forjada pelo liberalismo econômico e político, repudia as lutas e identidade clássicas dos trabalhadores e mostra-se, ao contrário, aberta à mentalidade típica da classe média [individualismo, competição, sucesso a qualquer preço, isolamento e consumo] e, portanto, forja trabalhadores despolitizados, individualistas e interessados em adentrar a sociabilidade capitalista.

Assim, embora seja inegável o crescimento da capacidade de consumo dos trabalhadores, é possível perceber a permanência da desigualdade social e de seus efeitos entre os mais pobres e, em particular, entre os mais jovens. O crescimento desordenado do espaço urbano, a ocupação de áreas de mananciais aquáticos e de risco, o subemprego (vigiar carros na rua ou vender balas nos sinais de trânsito, por exemplo), entre outros, permanecem como marcas da histórica desigualdade social brasileira. Nesse sentido, Poschamn (2012) destaca a fragmentação das políticas sociais, chama a atenção para o fortalecimento dos planos privados de saúde, educação, assistência e previdência sociais e questiona se a identificação do crescimento da

classe trabalhadora como *nova classe media*, longe de constituir-se um equívoco conceitual, pode expressar a disputa em torno da concepção e efetivação de políticas sociais.

Assim, não obstante se tornem espaços de interesse comercial, as áreas pobres das cidades continuam abandonadas à própria sorte: sem redes de saneamento básico, escolas e creches permanecem reféns da violência. De modo geral, a juventude das periferias urbanas continua a receber tratamento preconceituoso e discriminatório ou meramente exterminatório, haja vista o alarmante índice de assassinatos de jovens. Julio Jacobo Waiselfisz (2014) manipula informações e dados censitários e demonstra o crescimento aterrador da violência contra jovens e negros: em 1980 a taxa de jovens de 15 a 29 anos vitimados por arma de fogo era de 12,8, passou para 46,5 em 2003 para situar-se na média de 43,5 por 100 mil habitantes em 2010. A vitimização dos jovens negros, obtida pela análise dos dados do Censo 2010, mostrou que morrem proporcionalmente 133% mais jovens negros que brancos.

Para muitos, esse processo é decorrente da reforma neoliberal do Estado, com a privatização do público e a progressiva redução da centralidade do Estado na construção e manutenção de certas dimensões essenciais à experiência moderna das nações, em especial aquelas ligadas à proteção social dos cidadãos e à garantia do atendimento de direitos sociais como saúde, educação, moradia, trabalho etc. Nessa seara, conforme Nogueira (2011, p. 6), “a juventude tornou-se um problema social e categoria central em políticas públicas” nas quais, em grande parte, “os jovens são associados à delinquência, ao comportamento de risco e ao uso de drogas e necessitam de ações focadas na preparação para uma vida adulta socialmente ajustada e produtiva”. Decorre daí que a responsabilidade de criar as condições de garantia desse conjunto de direitos cidadãos é rapidamente transferida para a esfera não estatal, mais precisamente para organizações criadas pela iniciativa privada.

No contexto da redução do Estado, as políticas da juventude encontram respaldo – e são efetivadas – pela parceria com a esfera privada. Assim é que, no interior ou nos arredores das áreas pobres das cidades, em ações dirigidas aos seus moradores, não é difícil encontrar grupos de pessoas agregadas em organizações reconhecidas como *não governamentais* (ONGs), as quais se proclamam não lucrativas, distanciadas de partidos políticos e sindicatos e autônomas em relação ao Estado (Roldão, 2010). Tais organizações constituem fenômeno recente no Brasil. Sua emergência data dos anos 1990 no rastro das políticas neoliberais. Na primeira década deste milênio, ganharam *força explosiva* não somente por sua presença no *social*, mas também porque se tornaram uma expressão econômica que movimenta parcerias significativas de recursos públicos e privados.

Esse novo sujeito social já suscita o interesse de pesquisadores de diversos campos de saber; entre eles, a educação física, que, diante da proliferação de organizações que adotam saberes historicamente relacionados a essa área acadêmica (esportes, lutas, dança, lazer, aprendizagem e desenvolvimento motor), começa a interrogar as formas através das quais as ONGs pensam e tratam tais saberes junto aos grupos que atendem. Grosso modo, as ONGs são pensadas em registros teóricos distintos pelo campo da educação física. De um lado, são concebidas como “uma

ideia-força, um espaço mobilizador de reflexão, de recursos e, sobretudo, de ação em busca de uma sociedade mais igualitária” (Santos e Freire, 2006, p. 35). De outro, são qualificadas como agentes de um *padrão emergente de intervenção social* que privatiza o público e fragiliza a democratização do acesso ao esporte como um direito social, ao mesmo tempo em que compromete a visão universalizante das políticas sociais (Oliveira et al., 2011). Um terceiro registro exime-se de efetivar processos de *demonização* ou de simples elogio às ONGs [e ao terceiro setor] e opta por encará-las como partícipes de uma teia de interdependência na qual seus agentes atuam em busca de prestígio e de *status* (Martines, 2009).

De outro lado, os movimentos sociais foram (e ainda o são) um objeto de estudo contemplado pelos pesquisadores da educação física. Especialmente, nos últimos 20 anos, uma parcela de pesquisadores do campo da educação física, do esporte e do lazer não ficou imune ao papel dos movimentos sociais e inseriu na agenda política e pedagógica de tais movimentos a democratização das práticas corporais como um dos elementos construtivos da cidadania. Contudo, conforme Capela (2000, p. 142), as relações entre a educação física e os movimentos sociais se apresentam permeadas pela ausência de metodologias de ação coerentes com a agenda de lutas dos movimentos e também pela falta de uma política cultural que possa evitar que os diálogos e interlocuções sejam marcados por tentativas de impor aos “movimentos sociais a burocracia do fazer acadêmico científico formal da área da educação física e transformar esse relacionamento em invasão cultural ou diálogo autoritário ou *bancário*”. (Grifos das autoras).

Vários movimentos sociais brasileiros cumpriram historicamente um importante papel da democratização da sociedade e são considerados fontes de inovações e mudanças e *lôcus* de lutas por uma sociedade que defenda o *público enquanto esfera de direito*. Segundo Roldão (2010, p. 23),

Mesmo que não explicitassem ruptura profunda com o capitalismo, a realização concreta dos objetivos desses movimentos ameaçaria (e ameaça) a espinha dorsal deste modo de produção, na medida em que implicaria (e implica) a socialização de bens, de serviços e até mesmo, embora mais raros, dos processos de tomada de decisões, o que é diametralmente oposto a um sistema que prima pelo compromisso com a concentração de riquezas, com a desigualdade na distribuição de bens e serviços e com a elitização dos processos decisórios.

Porém, em que pese o reconhecido potencial transformador e emancipatório dos movimentos sociais, os desdobramentos políticos, econômicos e socioculturais oriundos da emergência do neoliberalismo e de crises da modernidade tardia parecem ter provocado alterações significativas na sua dinâmica organizacional e econômica, bem como na sua ação social. Entre as mais significativas alterações, ressalta-se sua parcial inserção no terceiro setor, o qual tem como um dos seus arquétipos as organizações não governamentais (ONGs). Conforme Roldão (2010, p. 29), as ONGs são os “sucedâneos necessários da sobrevivência” dos movimentos sociais na medida em que, para manter seus projetos, “as lideranças [...] acabaram por constituir um novo ente e formular [...] concepções sobre ele, acabaram



por desembocar no que ficou conhecido como organizações não governamentais''. Além disso, a fragilidade e o caráter efêmero de muitos movimentos sociais levaram seus militantes a buscar construir processos de mobilização e organização mais duradouros, sem, contudo, perder a identidade diferenciada em relação ao Estado e ao mercado. As ONGs surgiram, pois, com ''a mesma *mística* dos movimentos sociais'' (Roldão, 2010).

A proclamada autonomia e independência em relação ao Estado é um dos aspectos mais acentuadamente criticado nos estudos sobre as ONGs, as quais tem fátia significativa de sua contabilidade oriunda dos cofres públicos. Assim, de alguma forma, estão contidas na própria máquina de governo onde atuam como gestoras de um orçamento destinado ao *social*. Embora as ONGs sejam constantemente confundidas com os movimentos sociais, existem distinções marcantes entre esses dois atores sociais, conforme assinala (Pinto, 2006, p. 656).

[...] as ONGs não substituem os movimentos nem são uma fase avançada desses, mas se relacionam com eles. Dividem com os movimentos sociais a fragmentação de seus temas, demandas e campanhas, mas seus funcionamentos são muito distintos: uma ONG só existe por intermédio de projetos que a sustentem, ela é proativa, tem metas a cumprir, programas preestabelecidos e financiados. Os movimentos sociais são menos estruturados, não prestam contas, nem têm um grupo de profissionais para sustentar. As ONGs formalizam-se, possuem diretorias, conselhos e corpo de funcionários; [...] mesmo que muitas ONGs tenham se originado de movimentos sociais, essa não é a sua única origem, também surgiram de grupos de profissionais envolvidos com causas específicas, de ex-militantes políticos, tanto os que tiveram carreira interrompida pelo golpe militar como os que se desiludiram e deixaram os partidos políticos por outras razões. As origens delimitam muito de perto a relação entre a ONG e a causa que defende.

A existência e o fortalecimento das ONGs demonstram que a privatização do Estado não ocorre somente com a transformação de empresas estatais em empresas privadas. Acontece também de forma mais sutil com a incorporação na máquina de governo de certas organizações sociais que reivindicam a esfera pública e passam a compô-la crescentemente à sombra do Estado, porém, de certa forma, dele divorciada. Talvez por isso possam ser pensadas como entidades profundamente implicadas na consolidação do Estado mínimo, pedra de toque das reformas neoliberais dos anos 1990 e 2000 no Brasil. Nesse contexto, as ONGs cumprem uma função de despolitização dos movimentos sociais, na medida em que, muitas vezes, a busca de financiamento para a manutenção de sua estrutura organizacional se torna mais relevante do que a própria demanda social a ser atendida (Pinto, 2006).

Por outro lado, é inegável a importância das ONGs na divulgação de questões e temas que foram historicamente alijados do debate público e da agenda política brasileira, como é o caso dos direitos das mulheres, da questão ambiental e dos direitos ecológicos, entre outros. Para Pinto (2006, p. 657),

as ONGs foram centrais em campanhas públicas, em enfrentamentos diretos com o Estado e até em ações de desobediência civil na defesa de velhos e novos direitos. Decorre dessa postura a incorporação, na agenda governamental, de temas que haviam ficado até então completamente ausentes da discussão pública e que, na maioria das vezes, não eram sequer reconhecidos como legítimos.

Seja como processo de despolitização dos movimentos sociais, seja como estratégia mobilizada pelas organizações em sua busca de status e poder, seja como espaço de divulgação de temas e questões invisibilizados na história nacional, a presença das ONGs acaba por fortalecer a privatização do Estado e o espaço de correlação estatal/privado. Para a crítica marxista-leninista, as ONGs contribuem para *demonizar* o Estado, uma vez que, ao assumir a responsabilidade social e celebrar *avanços* em áreas nas quais o Estado sempre fracassou, veiculam uma imagem de competência e compromisso para a esfera privada, ao passo que o público – pensado como estatal – é taxado como inoperante, incompetente, burocratizado e corrupto.

Em relação ao terceiro setor e aos esportes pode-se identificar a ampliação de uma aproximação na década de 1990. Interessou-nos, a partir daí, entender que questões acerca do esporte são colocadas – para o debate público e para a agenda política brasileira – pelas ONGs que lidam com o esporte como prática de inclusão e cidadania. É nesse sentido que a análise das ONGs como acontecimento discursivo se mostra relevante para a tarefa de identificar como se opera com a formulação de *verdades* que podem se tornar inclusive senso comum em nossa sociedade.

Para tatear a interpretação é preciso atar no mesmo feixe o esporte, os objetivos e a missão anunciados em textos e os sujeitos e territórios que são alvos da ação social das ONGs ao espectro político e sociocultural no qual se enraizam as práticas, as instituições, os indivíduos e os territórios/lugares. Três indagações serviram como pontos de ancoragem para a interpretação dos discursos: que sujeitos recebem as ações sociais das organizações? Quais os territórios onde mais recorrentemente fazem seu trabalho? Que objetivos pretendem alcançar?

### As ONGs no espaço virtual: enunciando *verdades* em textos, imagens, cores e símbolos

Os temas possíveis de serem acessados a partir da página de introdução das ONGs já deixam ver uma característica marcante de todas as organizações que foram objeto de análise: a grande ênfase na própria ação social, operação que secundariza simbolicamente as crianças e os jovens que são os sujeitos atendidos pelas organizações, os quais justificam discursiva e politicamente sua presença no *social*. Alguns autores (Pinto, 2006; Ferreira, 2005) já registraram, a respeito, que a formalização das ONGs e a formação de diretorias, conselhos, corpo de funcionários e quadros profissionais pode levar as organizações a significativos processos de autorreferência nos quais a ''reprodução como organização tenha quase tanta centralidade como a causa que defende'' (Pinto, 2006, p. 656).

A análise preliminar das páginas de introdução e nos links *missão* e *objetivos* revelou que é recorrente a imbricação entre esporte, inclusão social e cidadania. Nessa seara, o esporte vincula-se a qualidade de vida e desenvolvimento humano. Tal imbricação atravessa as páginas virtuais das organizações, está presente em textos e imagens, consolidando-se como cerne do discurso que as ONGs constroem sobre si mesmas no espaço virtual e não virtual. Afinal, são como agentes de inclusão social e promotoras da cidadania que essas organizações surgem, agregam trabalhadores voluntários, inscrevem-se no interior das áreas pobres, recebem doações e adentram o espectro do Estado em busca de financiamento público para sua manutenção. Como se lê nos seguintes enunciados:

Nosso principal objetivo é, por meio do esporte, a inclusão social da criança e do adolescente, possibilitando a esses a oportunidade de integração junto à sociedade, oferecendo noções de cidadania, disciplina, trabalho em equipe, liderança, respeito a regras, além da consciência do funcionamento de seu próprio corpo (ONG Pra Frente Brasil, 2012).

Contemplamos o esporte e a prática regular de atividades físicas como instrumentos de desenvolvimento humano e de melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. Como consequência natural, almejamos revelar talentos e permitir a todos os nossos alunos acesso à cidadania, tornando possível a melhoria da qualidade dos espaços da vida cotidiana, que influenciam positivamente na autoestima do futuro cidadão (ONG QualiVida, 2012).

Nas páginas iniciais de todas as ONGs, observa-se a abundância de fotografias que mostram crianças e jovens praticando esportes. Mais raramente, aparecem imagens de crianças e jovens debruçados sobre livros e cadernos ou ainda manuseando computadores e maquinaria de pequeno porte, alusão que remete aos projetos educacionais (preferencialmente, reforço escolar) e profissionalizantes realizados pelas organizações. Também são comuns imagens em que crianças e jovens ladeiam um ou mais adultos que são, via de regra, aqueles que criaram ou incentivaram a criação das organizações. Nesse caso, chama a atenção o uso da imagem de atletas e técnicos esportivos aposentados nacionalmente reconhecidos que criaram e dirigem ONGs que lidam com o esporte.

Das nove organizações cujos sites foram analisados, quatro são resultantes da iniciativa e trabalho dessas pessoas, as quais agregam sua imagem pública ao trabalho voluntário voltado para a resolução dos problemas sociais por meio do esporte. Apenas uma dessas ONG – Esporte e Educação – não apresenta textualmente seu fundador, a ex-jogadora de vôlei Ana Moser, preferindo mostrá-la na página de abertura do site. As outras três organizações, além das fotografias, informam seu fundador e suas motivações, preocupações sociais e objetivos.

A ONG QualiVida foi fundada em 19 de dezembro de 2002 pela professora de educação física [e técnica de equipes e atletas nacionais] Georgette Vidor Mello e seus amigos, que acreditavam na inclusão social a partir do esporte (ONG QualiVida, 2012).

Somos uma ONG instituída em 1998 pelos ex-jogadores de futebol Raí e Leonardo, para dar outra perspectiva de vida a crianças e jovens de comunidades socialmente vulneráveis (ONG Gol de Letra, 2012).

Criado pelo medalhista olímpico Flávio Canto em 2003, o Instituto Reação é uma organização não governamental que promove o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e da educação [...]. (ONG Instituto Reação, 2012)

Tem-se aí um duplo ganho: de um lado, crescem o prestígio e o status desses agentes sociais no campo esportivo; eles são reconhecidos pelo trabalho e esforço voluntários que fazem para a melhoria da sociedade. Conforme [Martines \(2009\)](#), os agentes sociais que atuam nas ONGs pautam suas ações por interesses específicos do campo em que se inserem e, no caso da promoção de projetos esportivos, desejam conquistar prestígio e status social. De outro lado, as imagens conferem legitimidade a própria ONG na medida em que a imagem do atleta ou treinador famoso e bem-sucedido funciona como reforçador de seriedade e de potencialidade no alcance de resultados. O uso das imagens fotográficas pode ser pensado como estratégia mobilizada para apresentar os resultados da ação social feita pela ONGs e, assim, comprovar seu papel social na resolução dos problemas sociais.

As fotografias veiculadas pelos sites podem ser entendidas como discursos que produzem *efeitos de verdade* acerca do trabalho feito pelas ONGs e dão a ver que a ação social promovida por elas produz resultados visíveis junto ao público-alvo. Nelas, aparecem crianças e jovens sempre uniformizados pelo vestuário e pela expressão sorridente. Mostram sujeitos envolvidos com a prática esportiva que recebem premiações (medalhas e troféus), às vezes estudam, concentrados e atentos. As imagens evidenciam disciplina e boa educação daqueles que, também nesses sites, são descritos como socialmente vulneráveis, carentes, ociosos, oriundos de famílias desestruturadas, excluídos, próximos da criminalidade, entre outros.

O uso de cores é bastante frequente nesses sites. É possível encontrar aí a permanência da tradição discursiva e política que investiu no esporte como símbolo da força e pujança das nações. Em conjunto com textos e imagens, as cores funcionam ao compor um discurso altamente positivado para as ONGs e ressaltam não somente seu papel social voluntário e suas parcerias com as esferas pública e privada como indícios de seus bem-sucedidos resultados, mas inserem as organizações na esfera das preocupações relacionadas com a nação.

Nosso sentimento é de muita esperança, o esporte é uma ferramenta transformadora e de inclusão social. É através dele que os jovens irão visualizar mais alternativas para sua vida e teriam mais oportunidades de construir um futuro melhor para si mesmos, para suas comunidades, seu país, e, por que não, para o Brasil. (ONG Pelo Esporte, 2012)

De modo geral, as páginas de abertura dos sites apresentam certa recorrência no uso das cores verde, azul e amarelo, em uma clara alusão às simbologias nacionais. Dessa forma, é possível vincular o esporte à nação ao se reforçar seu papel como elemento construtor da

nacionalidade. Ainda nesse sentido, os nomes de algumas ONGs remetem claramente a símbolos e acontecimentos relacionados ao futebol brasileiro (ONG Gol de Letra, 2012; ONG Pra Frente Brasil, 2012). Em última instância, essas denominações podem ser associadas à insistência no uso de cores-símbolos da identidade nacional e, nesse caso, a associação parece dizer que a ação social promovida pelas ONGs se vincula à construção do Brasil como nação moderna e desenvolvida. Contudo, em nenhum dos discursos em pauta o esporte é significado como patrimônio da cultura brasileira e universal.

Nas cores, nas imagens, nos símbolos escolhidos e também nos textos dos sites das organizações o esporte é o elemento que agrega e condensa a formulação e circulação de discursos verdadeiros sobre a cidadania e sobre a inclusão de crianças e jovens pobres. Mas como o esporte é enunciado, qual o seu valor e papel nessa seara e como são construídas as relações entre esporte e pobreza são questões que ainda reclamam respostas.

### Para que serve o esporte?

O discurso sobre o esporte formulado pelas ONGs vincula indiscutivelmente tal prática a uma tradição política e discursiva que o aborda por uma ótica prioritariamente instrumental e funcionalista. Discursivamente, tal vinculação é operada com o uso recorrente de palavras e expressões que requerem complemento linguístico. Assim, a palavra *ferramenta* – “o esporte é uma ferramenta transformadora” (site ONG Esporte Clube, 2014); “o esporte pode ser usado como ferramenta” (site ONG VemSer, 2012) – reclama complementação linguística para que os seus sentidos sejam percebidos e apreendidos. O caráter instrumental das práticas esportivas é fartamente mobilizado nos textos que descrevem os *objetivos* e a *missão* das organizações nos quais se usam expressões tais como “por meio do esporte” (ONG Instituto Esporte Educação, 2012), “através do esporte” (Site ONG VemSer, 2012) ou, ainda, “a partir do esporte” (site ONG QualiVida, 2012), nas quais se encontra o caráter de inacabamento.

Na discursividade formulada e veiculada nos sites das ONGs, portanto, o esporte não *fala* por si só, mas reclama outras palavras (e imagens) para tornar-se inteligível. Mas como, no fim, o esporte é significado como um meio para que se alcancem certos fins, resta saber quais os fins e quais as potencialidades dessa *ferramenta* para alcançá-los. Não por acaso, a formação de atletas e a sua inserção no esporte competitivo e/ou profissional são anunciadas como objetivos por, pelo menos, metade das organizações que foram estudadas.

[...] para os atletas maiores de 18 anos temos um projeto social diferente, com o objetivo de formar profissionais campeões (ONG Esporte Clube, 2014)

Além de receber acompanhamento psicológico e acadêmico, as jovens beneficiadas pelo projeto, que usa o esporte como ferramenta para um trabalho de formação e conscientização da cidadania, participam de treinamentos regulares, que visam à formação de atletas e equipes para disputa de torneios e competições (ONG VemSer, 2012)

Aqui foi encontrado também um caráter economicista que veicula a ideia de que o esporte e o *alto nível competitivo* são a “política pública mais barata e eficiente na luta pela inclusão social”. Popularizado e tendo incluído “todas as pessoas, independentemente de etnia ou gênero, [...] também as pessoas com deficiência, o acesso ao esporte e ao alto nível competitivo [...] proporcionará grandes frutos para o esporte de alto nível no futuro” (site ONG QualiVida, 2012).

Mais do que formar atletas, as ONGs afirmam ter entre seus objetivos a formação de “profissionais campeões” tanto no esporte quanto na vida (site ONG Pelo Esporte, 2012) ou ainda oferecer aos sujeitos atendidos a “oportunidade de se tornarem um cidadão e, se possível, um futuro jogador profissional” (site ONG Esporte Clube, 2014) ou ainda “formar vencedoras no jogo da vida, através do desenvolvimento de projetos esportivos/educacionais (ONG VemSer)” ou ainda [...] “usar o esporte como instrumento educacional e de transformação social, formar faixas pretas dentro e fora do tatame” (ONG Instituto Reação, 2012). Os elos entre esporte e formação para a cidadania são confirmados a partir de uma formulação discursiva historicamente presente no interior de projetos de governo e de controle de indivíduos e populações.

Cabe questionar o conceito de cidadania alardeado nesses textos, já que a pretensão de *formar para o esporte e para a vida* encerra idealizações não confinadas a essa prática particular – o esporte – mas pretende constitui-lo como *escola de caráter* com potencialidades de formar sujeitos civilizados e ordeiros. Para Eiras, Souza e Vlach (2009, p.14), “a implantação de projetos socioesportivos não tem como um fim em si promover o acesso a aqueles que de outra forma não teriam, mas, sim, através do esporte promover valores e comportamentos”. Nesse caso, se aposta na *escola do caráter* que se supõe ser o esporte e se espera produzir o sujeito “amante da liberdade, da beleza, do bem, dos bons gostos e das boas maneiras, capaz de medir e esgotar as suas forças e capacidades em competições, sem beliscar o respeito pelas normas e pelos adversários” (Bento, 2009, p. 656).

De outro lado, filiando-se à tradição discursiva conservadora que representa a infância e juventude como tempo de preparação para o *depois*, o discurso das ONGs sobre a formação de atletas e cidadãos se mostra como um discurso voltado para o futuro, e não para o presente vivido pelos sujeitos. Como se lê:

Uma associação sem fins lucrativos com a missão de estimular a transformação da realidade de vida e vulnerabilidade social de jovens de periferia através da paixão pelo esporte, dar a oportunidade para se tornarem um cidadão e, se possível, um futuro jogador profissional. (ONG Esporte Clube, 2014)

[...] permitir a todos os nossos alunos acesso à cidadania, tornar possível a melhoria da qualidade dos espaços da vida cotidiana, que influenciam positivamente na autoestima do futuro cidadão (ONG QualiVida, 2012)

Assim, é em um projetado futuro que as crianças e jovens poderão tornar-se cidadãos. Os discursos das ONGs vinculam-se assim à formação discursiva sobre a infância que é dominante na modernidade, qual seja, a que enxerga



a criança como *tabula rasa* (sem razão, experiência e maturidade) e pretende transformá-la no adulto de amanhã. No limiar dos discursos, emerge a criança como ser frágil, inocente e dependente que respalda a negação de suas possibilidades de coconstrutor de conhecimentos, identidade e cultura e, portanto, oculta e o silencia sobre a capacidade das crianças de participar e interferir na vida social (Sarmiento, 2004).

De que sujeitos, afinal, se ocupam as ONGs aqui enfocadas como representativas desse universo? As crianças e os jovens que são os sujeitos preferenciais da ação social das ONGs aparecem representados muito menos como sujeitos, e muito mais como objetos à mercê das organizações. Não por acaso o público preferencial das ONGs pesquisadas são crianças, adolescentes e jovens descritos como “em situação de vulnerabilidade social”, “carentes”, “pertencentes a camadas menos favorecidas da população”, “baixa renda”, entre as mais recorrentes. Aqui se mostra, uma vez mais, a permanência de concepções conservadoras sobre os sujeitos, dado que eles são aproximados discursivamente da ociosidade, da criminalidade, da indisciplina, do desrespeito às regras e da ausência de esforço pessoal e do trabalho coletivo.

Os objetivos das ONGs pautam-se exatamente por esses sentidos e por essas representações e propõem-se, *através do esporte*, a ensinar valores que parecem supor inexistentes nos espaços sociais nos quais vivem tais sujeitos. O *cidadão do futuro* que emerge da discursividade em tela seria, pois, aquele que encontrou na infância ou adolescência oportunidades de apreender *por meio* do esporte o autocontrole e a disciplina requeridas pelos códigos civilizatórios ocidentais e pelo mundo produtivo.

Oferecer em uma comunidade muito pobre um conjunto interligado de projetos de desenvolvimento para tirar as crianças e os adolescentes da ociosidade e do contato com a criminalidade e aplicar uma metodologia conjunta do esporte e da educação (ONG Pelo Esporte, 2012).

Nascida da crença de que o esporte pode ser usado como ferramenta para um trabalho de formação e conscientização da cidadania com jovens pertencentes a camadas menos favorecidas da população, a VemSer tem o propósito de oferecer a esse público a possibilidade de construção de um futuro melhor (ONG VemSer, 2012).

Como pode ser percebido, os objetivos manifestos pelas ONGs são atados por outras categorias, uma vez que o discurso que vincula diretamente exclusão social e ausência de cidadania não se mostra unicamente articulado por categorias etárias e sociais (crianças e adolescentes *carentes*). A vinculação é também explicitada por categorias espaciais, dado que os territórios-alvos das organizações são descritos como comunidades e bairros “muito pobres”, “de periferia”, “comunidades socialmente vulneráveis”, os quais são representados como lugares onde grassa a ociosidade e suas sucedâneas *naturais*, criminalidade, violência e degradação humana.

Estamos localizados em uma região extremamente carente, extremo leste da periferia do município de São Paulo –a ociosidade é uma constante no dia a dia de muitas pessoas que moram nessa região, tanto

os adultos quanto as crianças. Observamos que nesse bairro encontramos altíssimo índice de violência e grande concentração de pessoas desempregadas e consequentemente por vezes famílias desestruturadas tendo em vista a própria condição sociofinanceira familiar (ONG Pelo Esporte, 2012).

O Brasil tem números altíssimos de crianças e jovens de baixa renda que vivem em bairros sem estrutura, que estão afastados da escola, convivem num ambiente de extrema violência e de poucas ou nenhuma oportunidade de atividades que ocupem seu tempo e os desenvolvam cultural, social, física e intelectualmente (ONG Projeto Esporte, 2014).

Nesses lugares em que as famílias são descritas como desestruturadas e os ambientes como pouco estimulantes e impeditivos para a formação de cidadãos, os discursos das organizações sinalizam que o afastamento dos sujeitos dos seus contextos de vida e formação se constitui um dos principais argumentos mobilizados na tarefa formativa das ONGs.

Através de suas ações, a ONG pretende proporcionar aos jovens beneficiados por seus projetos e por suas campanhas um ambiente positivo, no qual possam formar seu caráter e se desenvolver como cidadãos (ONG VemSer, 2012).

[nosso objetivo é] por meio do esporte, [promover] a inclusão social da criança e do adolescente, possibilitar a esses a oportunidade de integração à sociedade, oferecer noções de cidadania, disciplina, trabalho em equipe, liderança, respeito a regras, além da consciência do funcionamento de seu próprio corpo (ONG Pra Frente Brasil, 2012).

Os discursos contribuem para a legitimação da existência das ONGs no *social* e reforçam sua imagem como entidades profundamente comprometidas com as desigualdades e exclusões e como agentes bem-sucedidos na tarefa de minimizá-las. Aqui é possível identificar indícios de uma mentalidade assistencialista que, historicamente, encontrou abrigo nas elites nacionais em sua relação com as populações despossuídas e que acaba por distribuir como *favor* aquilo que é um direito dos cidadãos. Nessa direção, a assistência social por via do esporte também se insere nos objetivos de ONGs que definem como missão a promoção da “obra de assistência social de âmbito nacional e internacional. Através da organização de torneios esportivos e eventos culturais em comunidades carentes e instituições sociais” (site ONG Movimento Social de Esportes/MSE, 2012).

Contudo, e embora também manipulando o caráter instrumental do esporte, foram encontrados discursos que colocam novas e importantes questões para o debate público e para a agenda política brasileira, principalmente ao pensar “um esporte que é para todos, base para políticas públicas que visam a garantir os direitos constitucionais à educação, ao esporte e ao lazer” e articular as possibilidades do esporte com a formação do “cidadão crítico e participativo [...] favorecer o desenvolvimento de comunidades de baixa renda” (site ONG Instituto Esporte Educação) ou ainda considerar “o contexto dos atendidos, promover ainda o fortalecimento das famílias e comunidades” e espe-

rar 'ensinar o esporte de forma que os alunos se apropriem de conhecimentos nas áreas de saúde, cultura, cidadania, protagonismo e comunidade'' (site [ONG Fundação Gol da Letra](#), 2012).

## É preciso estar atento às verdades que se repetem...

Em grande parte, as *verdades* pronunciadas pela ONGs aqui estudadas pouco ou nada contribuem para que o debate público e a agenda política brasileira possam rever o retrato preconceituoso e excludente que historicamente delineou para jovens e crianças despossuídos e buscar a construção de políticas, práticas e discursos que, de fato, enfrentem a desigualdade e a exclusão e sustentem o exercício da cidadania para todos. Ao contrário, esses discursos colaboram para a ocultação das possibilidades de construção de outros modos de viver, agir, pensar e sentir. No que diz respeito ao esporte, contribuem infimamente na sua assimilação como direito dos cidadãos, como prática que constrói sentidos para a existência e como patrimônio cultural criado pelas sociedades humanas a partir do corpo e dos gestos (Bento, 2009).

No seu conjunto, os discursos produzidos pelas ONGs sobre esporte e sobre os sujeitos e lugares que recebem sua ação social podem ser alinhados muito mais com as dinâmicas de governo e de controle de indivíduos e populações e muito menos a construção da cidadania e a inclusão dos indivíduos e grupos em uma sociedade de direitos. Como muito bem nos ensinou Michel Foucault (2005), a disciplina individual e o governo das populações constituem tecnologias de poder intrínsecas ao liberalismo como doutrina política. Nessa direção, o que importa não é tanto o alargamento dos direitos ou que todos sejam incluídos, mas a ação de controle que permite que a diversidade e a multiplicidade da população sejam governadas e controladas. Importa, de fato, a gestão dos riscos e perigos sociais por meio de dispositivos de segurança que vão funcionar em articulação com uma tecnologia disciplinar e com os mecanismos jurídicos.

É nesse contexto que os discursos sobre crianças e jovens das periferias urbanas diagnosticam "o que eles são" e, ao reforçar imagens que associam infância, juventude e periferia à ociosidade, criminalidade e ausência de moralidade, ganham autoridade social para exercer uma ação de contenção, vigília e disciplinarização de crianças e jovens que vivem nas periferias urbanas. É aí que a repetição e fixação de verdades já ditas (emanadas de tradições discursivas e políticas conservadoras) se colocam como limite objetivo para a transformação dos indivíduos e da sociedade.

A discursividade veiculada pelas ONGs em seus sites na rede virtual vem reafirmar, pela repetição, enunciados e imagens que há muito mediam nossas relações com crianças e jovens despossuídos e com os lugares onde vivem. De fato, há muito essas verdades estão presentes em nossas mentalidades e cotidianos, subsidiando práticas e políticas. Mas, embora já desgastadas pelo tempo e pelo uso, são novas as teias nas quais se engendra o discurso, novo é o agente que o formula, novos são os sistemas que o colocam em circulação. Produzem, portanto, novos efeitos de poder, aos quais devemos estar atentos. Pensados na relação com outras práticas

discursivas e não discursivas de uma sociedade globalizada em suas dinâmicas de interdição e rejeição dos discursos, é preciso que interroguemos constantemente pelas *verdades* silenciadas por esses discursos sobre o esporte (e as práticas corporais, de modo geral), sobre a juventude e sobre as periferias. A consolidação das ONGs em nosso contexto exige, pois, que exercitemos um questionamento permanente sobre as formas pelas quais a sociedade brasileira tem avalizado a enunciação de *verdades* sobre si mesma e uma interrogação insistente acerca dos efeitos de poder-saber produzidos pelos discursos das organizações.

## Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## Referências

- Bento JO. *Acerca da conjuntura corporal: desporto versus atividade física*. In: Bento JO, Constantino JM, editors. *O desporto e o Estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento; 2009. p. 161-214.
- Capela PRC. Quais as relações da educação física com os movimentos sociais? *Revista Motrivivência*, Florianópolis, ano XI, nº 14, maio 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/5168/20390>. Acesso em 18 ago 2014.
- Chauí M. Entrevista à revista *Carta Capital*. Seção Socialista Morena. Publicada em 12 ago 2013. Disponível em <http://socialistamorena.cartacapital.com.br/marilena-chau-nao-existe-nova-classe-media/>. Acesso em 18 ago 2014.
- Chartier R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand: Lisboa, Difel; 1990.
- Eiras SB, Souza DL, Vlalich AL. Projetos sociais esportivos: quais os objetivos de quem oferta e de quem participa? *Revista Lecturas Educacion Física y Deportes*, Buenos Aires, ano 14, no 138, nov 2009. Disponível em: [www.efdeporte.com](http://www.efdeporte.com). Acesso em 10 jun 2012.
- Ferreira J. *Poder simbólico no campo das mídias: perspectiva de estudo sobre a circulação do discurso das ONGs em dispositivos digitais na Web*. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación* 2005;VII(5), Sergipe. Disponível em: [www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br). Acesso em 10 jun 2012.
- Fischer RMB. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, nº n. 114, Nov 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em 18 ago 2014.
- Foucault M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Foucault M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola; 1996.
- Martines IC. *As relações entre as organizações não governamentais e o Governo do Estado do Paraná no campo esportivo*. *Revista Motriz* 2009;15(2):469.
- Nogueira QWC. *Esporte, desigualdade, juventude e participação*. *Rev Bras Ciênc Esporte* 2011;33(1):103-17.
- Oliveira BA, Húngaro EM, Athayd PF. O crescimento do Terceiro Setor no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. *Revista Lecturas Educacion Física y Deportes*. Buenos Aires, ano 15, nº 153, Fev. 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em 12 jun 2012.
- ONG Esporte Clube, 2014. Disponível em <http://www.esporteclubede2014.com.br/parceiros.php>. Acesso em 05 jun 2012.
- ONG Esporte Educação. Disponível em <http://www.esporteeducacao.org.br>. Acesso em 05 jun 2012.

- ONG Gol de Letra. Disponível em <http://www.goldeletra.org.br> acesso em jun 2012. Acesso em 05 jun 2012.
- ONG Instituto Reação. Disponível em <http://www.institutoreacao.org.br>. Acesso em 05 jun 2012.
- ONG MSE Brasil. Disponível em <http://www.msebrasil.com>. Acesso em 05 jun 2012.
- ONG Pelo Esporte. Disponível em: <http://www.ongpeloesporte.org.br/>. Acesso em 05 jun 2012.
- ONG Pra Frente Brasil. Disponível em: <http://www.ongprafrentebrasil.org.br>. Acesso em 05 jun 2012.
- ONG QualiVida. Disponível em <http://www.ongqualivida.org.br/>. Acesso em 05 jun 2012.
- ONG VemSer. Disponível em <http://vemser.org.br/>. Acesso em 05 jun 2012.
- Pinto CRJ. *As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. Dados Revista de Ciências Sociais* 2006;49(3):613–51.
- Poschamn M. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo; 2012.
- Roldão JE. *Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor*. *Revista Educação e Linguagem* 2010;13(21):18–34.
- Santos R dos, Freire E dos S. *Educação física e esporte no terceiro setor: estratégias utilizadas no ensino e aprendizagem de valores, atitudes e normas no Projeto Esporte Talento*. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte* 2006;5: 35–45.
- Sarmiento MJ. *As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade*. In: Sarmiento MJ, Cerisara AB, editors. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Asa; 2004. p. 9–34.
- Viola SEA. *Direitos humanos e democracia no Brasil*. São Leopoldo: Unisinos; 2008.
- Waiselfisz JJ. *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Brasília: 2014. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em [www.juventude.gov.br/juventudeviva](http://www.juventude.gov.br/juventudeviva). Acesso em 19 ago 2014.